



Comitê de Pronunciamentos Contábeis começa a definir plano de trabalho para 2020

12/02/2020

A discussão do Plano de Trabalho do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para este ano, foi o principal assunto da pauta da primeira reunião plenária mensal presencial de 2020, realizada no dia 7 de fevereiro, em São Paulo. O CPC é o organismo responsável pela convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional (IFRS, na sigla em inglês), centralizando o estudo, preparo e emissão de documentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e pela divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras.

As reuniões plenárias do CPC contam com a participação de representantes das entidades que constituem o Comitê, atuando como coordenadores e vice-coordenadores de diferentes áreas. Para a deliberação de assuntos relacionados aos novos pronunciamentos, interpretações, orientações técnicas e temas oriundos dos Grupos de Trabalho (GT), as reuniões contam também com convidados e observadores de entidades relacionadas aos assuntos.

Atualmente, estão em atividade o GT – lasb, o GT – Entidades Sob Controle Comum e o GT – CPC/RFB. O Plano de Trabalho de 2020 prevê, porém, que novos Grupos de Trabalhos poderão vir a ser criados durante o ano se necessários.

Outras atividades desempenhadas pelo Comitê e que constam no documento estão a participação e o acompanhamento de fóruns internacionais, como o International Accounting Standards Board (lasb), o Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Información Financiera (Glenif), o Grupo de Economias Emergentes (EEG) e o International Forum of Accounting Standard Setters (Ifass). Além disso, os membros do CPC também acompanham as atividades do IFRS Advisory Council, do Accounting Standards Advisory Forum (Asaf) e Comitê de Interpretações do IFRS (Ifric).

Em relação aos novos pronunciamentos e às principais alterações efetuadas pelo lasb, constam, no Plano de Trabalho do CPC, o Exposure Draft (ED) General Presentation and Disclosures (Primary Financial Statements), cujos comentários devem ser enviados até o dia 30 de junho; e, entre outros, o Request for Information – Comprehensive Review of the IFRS for SMEs Standard, com prazo até 27 de julho deste ano. Sobre alterações em pronunciamentos, está prevista a revisão do CPC 14, em decorrência de alterações do Conceptual Framework feitas pelo lasb, entre outras revisões. (CFC-CPC-ANCEP)

Seminários com temas oportunos chegam a mais cidades

Em breve a programação de eventos da ANCEP estará sendo divulgada e, embora hajam mudanças de um ano para o outro para acompanhar as temáticas que figuram no alto da agenda de nosso sistema, algumas características permanecem fortes, como a distribuição dos seminários por muitas cidades e o senso de oportunidade na escolha dos temas, sempre selecionados entre aqueles que estão no foco principal naquele momento.

A verdade é que poucas associações como a ANCEP se fazem tão presentes pelo País afora através de seus eventos. Há séries de seminários que com facilidade são apresentadas em uma dezena de diferentes cidades. "Essa é uma altíssima regionalização de nossas atividades", resume o Presidente Roque Muniz.

Governo quer contratar aposentados para além do INSS

Servidores civis federais já aposentados poderão ser contratados de forma temporária para diversas áreas do governo federal, além do INSS. Segundo apurou O Estado de S. Paulo, a medida provisória que está sendo elaborada pela equipe econômica para reduzir a fila de 1,3 milhão à espera de benefícios atrasados vai ampliar o leque de admissões não só para o INSS, mas também para outros setores do governo.

A MP, que tem vigência imediata, deve ser editada nesta semana. O texto vai alterar a Lei n.º 8.745, que trata de contratações temporárias na administração pública e já prevê uma série de casos que permitem admissão por tempo determinado, como licença de professor, combate a emergências ambientais ou realização de censos, entre outras atividades.

Servidores do DF migram para plano de previdência complementar

A poucos dias do encerramento do prazo para os servidores do Distrito Federal migrarem para a previdência complementar oferecida pelo governo de Brasília, chamada [DF-Previcom](#), somente 47 pessoas concluíram o processo de adesão, informa o site Metropoles. Mas esse número não traduz completamente o interesse que pode existir pela migração

Mesmo com o prazo de um ano para fazer todos os trâmites, o funcionalismo do DF deixou para realizar o pedido de mudança na última hora. A data-limite para concluir o processo seria 24 de fevereiro, mas devido ao feriado de Carnaval, terminará no dia 27.

Com o tempo se esgotando, os telefones da [DF-Previcom](#) não param há uma semana. Nos últimos dias, chegaram por e-mail centenas de pedidos de migração.

O DF tem hoje 110 mil servidores na ativa. Desses, cerca de 50 mil ganham acima do teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), hoje estipulado em R\$ 6.101,06. Caso queira complementar o seu salário após ir para a inatividade, deverá

contribuir, para a DF-Previcom, sobre a parcela da remuneração que exceder o teto do RGPS

